



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

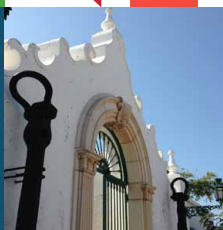
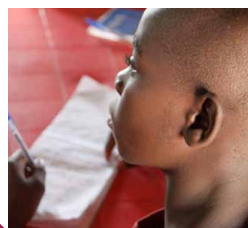
Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

UNESCO

Moçambique

Relatório Anual

2016







UNESCO



Moçambique

Conteúdos

Sumário	5
Principais realizações	6
Contexto	8
Perfil do País	9
Prioridades da UNESCO em Moçambique.....	12
Realizações e progresso	14
Promover uma cultura de paz e não-violência especialmente na juventude.....	15
Reforçar os sistemas de educação para o desenvolvimento sustentável: <i>melhorar a equidade, a qualidade e a relevância</i>	17
Maximizar a CTI e conhecimento para o desenvolvimento socioeconómico sustentável	26
Promover a ciência para a gestão sustentável dos recursos naturais e redução de risco de desastres	27
Aproveitar o poder da cultura para a paz e desenvolvimento sustentável em um contexto de integração regional	31
Principais desafios.....	34
Equipe da UNESCO em Moçambique	36
Acrónimos	38



Sumário

O presente relatório anual resume o trabalho e as realizações, levadas a cabo pela UNESCO em Moçambique no ano 2016 em resposta aos desafios e as principais questões de desenvolvimento do país. A UNESCO apoia a implementação das prioridades e estratégias nacionais, patentes no Programa Quinquenal do Governo de Moçambique (2015-2019) e no Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento 2017-2020 (UNDAF) de Moçambique.

O relatório anual destaca a contribuição da UNESCO no apoio e reforço de políticas, sistemas e capacidades necessárias para a construção da paz, o alívio da pobreza, desenvolvimento sustentável e diálogo intercultural, através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação.

O relatório também fornece um resumo das contribuições do escritório da UNESCO em Maputo com vista à implementação das áreas prioritárias definidas no documento de estratégia da UNESCO *"Estratégia Operacional para Prioridade África (2014-2021)"*:

- Promover uma cultura de paz e não-violência
- Reforçar os sistemas de educação para o desenvolvimento sustentável em África: melhorar a equidade, a qualidade e a relevância
- Fortalecer as TIC e o conhecimento para o desenvolvimento socioeconómico sustentável de África

- Promoção da ciência para a gestão sustentável dos recursos naturais e redução de risco de desastres em África
- Maximizar o poder da cultura para a paz em um contexto de integração regional e desenvolvimento sustentável
- Promover um ambiente propício à liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia

As actividades foram implementadas em consonância com os resultados esperados, estratégias e cronogramas do programa da UNESCO aprovado 37 C/5 e seu orçamento (2014-2017), ao destacar perspectivas interdisciplinares e com foco no género e nos grupos vulneráveis e alinhamento com os objectivos de desenvolvimento sustentável (ODSs) da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Principais Realizações



Principais resultados em 2016

- Plano de Acção *Anti-Doping* sobre a juventude e desporto para paz e desenvolvimento formulado
- Direitos das pessoas com albinismo em África avançados
- Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-4) e Quadro de Acção para a Educação 2030 disseminado.
- Áreas de prioridade-chave para a revisão da política de educação identificadas
- Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos 2016-2019 actualizada e prioridades identificadas
- Plano de Acção do Movimento para a Advocacia, Sensibilização e Mobilização de Recursos para a Alfabetização desenvolvido
- Programa de aprendizagem em Família desenvolvido
- Quadro de avaliação para Alfabetização e Educação de Adultos desenvolvido



- 137 formadores de Institutos de Formação de Professores (IFPs) desenvolveram as suas capacidades no uso do programa de ensino de habilidades para vida
- Melhores práticas e acções comuns acordadas partilhadas para avançar em direcção a concretização das metas de compromisso de ESA 2020
- Comité Nacional do MAB estabelecido e operacionalizado

- Processo de nomeação das Quirimbas como primeira reserva da biosfera em Moçambique lançado
- Capacidades nacionais na compreensão de desastre e risco de tsunami desenvolvidas e reforçadas
- Formulação do Plano de Gestão e Conservação para a Ilha de Moçambique iniciado
- Terceira Reunião Regional da UNESCO sobre o Património Cultural Subaquático para África realizada



SUMÁRIO DO PAÍS

Crescimento Anual da População (%)	2.45% (2015)
População com idade de 14 anos abaixo (em milhares)	11,723 (2013)
População rural (% do total)	69 (2013)
Taxa de fertilidade (Nascimentos por mulher)	5.3 (2013)
Taxa de mortalidade infantil (Por 1000 nascimentos vivos)	70.21 (2015)
Esperança de vida ao nascimento (anos)	53.5 (2014)
Prevalência do VIH (% da população com idade entre os 15-49 anos)	13.2% (2015) est.
Índice de incidência da pobreza a 2 PPP\$ por dia (% da população)	81.8 (2013)
PIB per capita - PPP\$	1,007 2013)
Crescimento anual do PIB (%)	7.4 (2013)
Serviço total da dívida (% do RNB)	0.6 (2013)
PIB em bilhões - PPP\$	25 (2013)
Expectativa de vida ao nascer	52.94 anos (2015)
Taxa de prevalência contraceptiva	11.6% (2011)
Pessoas vivendo com VIH/SIDA	1.543 milhões (2014 est.)
Expectativa de vida escolar (primária ao ensino superior)	9 anos (2013)
Dívida pública	47.2% do PIB (2014 est.)

Perfil do País

Em Moçambique, o ano 2016 foi marcado pela deterioração dos principais indicadores económicos e sociais, acompanhado pelo aumento da dívida pública do país. O país registou dentre os menores *ratings* de crédito de agências de rating internacionais com impacto relativamente negativo sobre o desempenho económico. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique caiu para 3,3% em 2016, de 6,6% em 2015. Durante o mesmo período, a dívida pública chegou a 87% do PIB em 2015 e degradou em 2016, de acordo com o *Mozambique Economic Update* (MEU) 2016 do Banco Mundial. A depreciação da moeda moçambicana ultrapassou a maior parte dos exportadores de mercadorias africanos. Para além disso, a inflação de preços de alimentos aumentou para 40%, fazendo com que os preços dos alimentos fosse o sintoma mais agudamente sentido pelos moçambicanos na crise económica em curso. Em 2016, Moçambique classificou 181 de 188 países, com um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo.

A deterioração dos indicadores económicos e sociais foi amplificado pela queda dos preços das commodities nos mercados internacionais, a suspensão da ajuda de parceiros internacionais, redução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e do investimento doméstico. A instabilidade política, que afecta o país desde o início de 2011, afectou ainda mais negativamente os indicadores. A quando da publicação deste relatório, o Governo de Moçambique e a RENAMO fizeram progressos positivos nas negociações para cessar as hostilidades, construir consenso em questões-chave de governação e restaurar a estabilidade política completa. Para além disso, foram tomadas medidas drásticas para melhorar os índices macroeconómicos

INDICADORES SOCIAIS

Taxa de crescimento populacional (% média anual)	2010-2015	2.5
Taxa de crescimento da população urbana (% média anual)	2010-2015	3.3
Taxa de crescimento da população rural (% média anual)	2010-2015	2.1
População urbana (%)	2015	32.2
População com idade entre 0-14 anos (%)	2014	45.3
População com 60 + anos (Mulheres e homens, % do total)	2014	5.6/4.5
Proporção sexual (Homens por 100 mulheres)	2014	95.9
Expectativa de vida ao nascer (mulheres e homens, anos)	2010-2015	51.1/49.2
Taxa de mortalidade infantil (por 1 000 nados-vivos)	2010-2015	74.3
Taxa de fertilidade total (nados-vivos por mulher)	2010-2015	5.2
Prevalência contraceptiva (idade 15-49, %)	2007-2013	11.6
Estoque de migrantes internacionais (000 e % da população total)	meados-2013	218.8/0.9
Educação: Despesa do Governo (% do PIB)	2014	6.5
Educação: Taxa de matrícula bruta ensino primário-secundário (f/m por 100))	2007-2013	73.3/80.7
Educação: Estudantes mulheres do terceiro nível (% do total)	2007-2013	41.0
Assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais (%)	2016	39.6

e financeiros do país, restabelecer a confiança dos parceiros internacionais e promover um ambiente propício para o investimento interno e estrangeiro.

Estes desafios trouxeram mais pressão para as condições socioeconómicas em Moçambique. A pobreza continua a ser generalizada e principalmente concentrada em zonas rurais com a metade da população vivendo abaixo da linha da pobreza. A educação de baixa qualidade é uma preocupação, como a avaliação de aprendizagem nacional (2016) indica que apenas 4,9% das crianças em idade escolar da 3ª classe foram capazes de ler e escrever em Português. A Taxa de Sobrevivência ao último ano do ensino primário foi de 33,2% (2014) e a relação aluno/professor diminuiu de uma média anual de cinco anos de 62,6 para 61,7 em 2016. Adicionalmente, em 2015, níveis de analfabetismo da população jovem e adulta com idades entre 15-60 anos e acima manteve-se entre os mais altos do mundo nos 44,9% (2014-2015-IOF-Inquérito do Orçamento Familiar). No mesmo período, a taxa de alfabetização feminina foi ainda baixa, em 45.37% comparando com 73.26% para o sexo masculino.

O país tem a 10ª taxa mais elevada do mundo de casamento infantil. Dados do Inquérito demográfico e de Saúde (IDS) em 2011 indicam que 48% das mulheres com idade entre 20-24 casaram antes dos 18 anos de idade e 14% antes dos 15 anos. No que respeita a gravidez, os dados indicam que 8% das meninas adolescentes tiveram seu primeiro filho antes dos 15 e 40% antes dos 18, exortando a necessidade de abordar esta prática. Moçambique enfrenta também desafios na prevalência do VIH em ambos homens e mulheres adultos com idade entre 15-49 anos, pelo que de acordo com IMASIDA (2017) aumentou de 11,9% (2009) para 13,2%, em 2015, e com maior prevalência entre as mulheres (15,1%) quando comparado aos homens (10,1%). Para além disso, a malária, o saneamento e a desnutrição infantil permanecem questões que ainda deverão ser abordadas. Eles representam a maioria

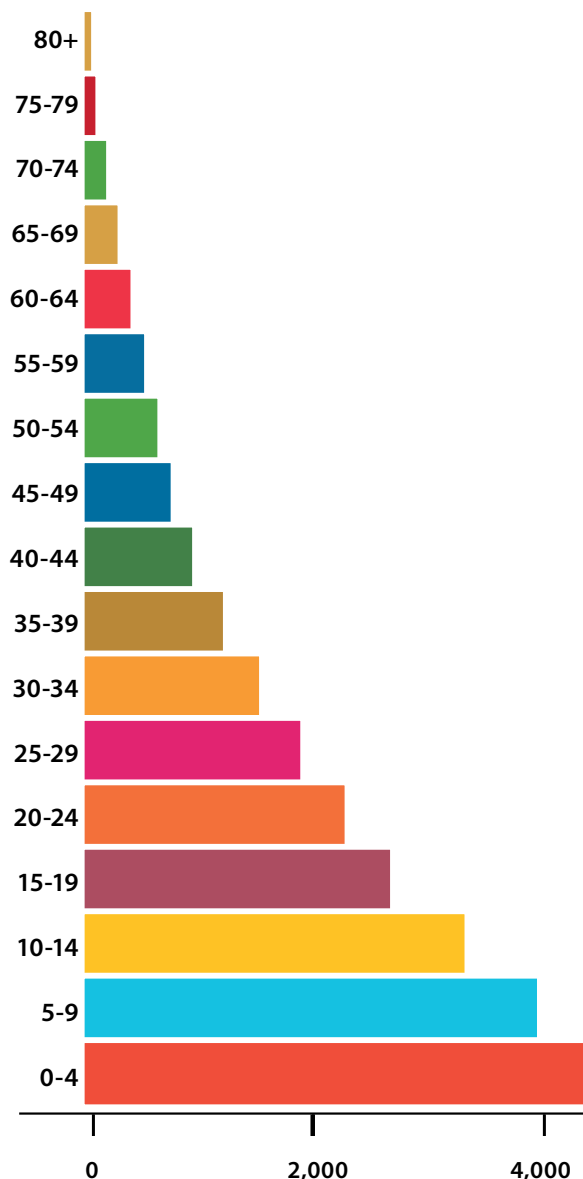
das causas comuns de morte no país, responsável por uma média de 35% da mortalidade infantil e 29% da população geral.

Apesar da pobreza galopante, Moçambique é dotado de recursos naturais, amplamente distribuídos por todo o seu território. Terras agrícolas são abundantes, assim como recursos florestais e pesqueiros. Embora o país se beneficie de extensa legislação sobre o meio ambiente e recursos naturais, o quadro regulamentar para a gestão de recursos naturais é considerado inadequadamente implementado e existe falta de coordenação entre os diferentes intervenientes. Em adição, Moçambique é propenso ao impacto de desastres naturais e mudanças climáticas que continua a ser um grande desafio, devido à sua localização geográfica.

No entanto, Moçambique fez progressos notáveis na educação nos últimos anos. O número de crianças matriculadas em escolas primárias aumentou substancialmente, com uma Taxa de Matrícula Bruta (TMB) em 2014 de 104% superior à média da África Subsaariana (ASS), uma Taxa Bruta de Admissão (TBA) de 87,6% e uma Taxa Líquida de Matrícula (TLM) de 97,2%, em 2016, de acordo com recentes avaliações do MINEDH (2017). A paridade de género melhorou com um aumento de estudantes do sexo feminino de 47,4%, em 2014, para 48,9%, em 2016 e um Índice de Paridade de Género (IPG) de matrícula de escola primária, em 2015, a um nível relativamente elevado (0.916). Dados disponíveis mostram que, em Moçambique, 65% das escolas têm água potável básica e 50% têm saneamento básico ou casas de banho, uma percentagem superior à média da ASS. Para além disso, no mesmo período, o número de professores do ensino primário qualificados e treinados foi registado nos 90%. Em geral, o compromisso doméstico financeiro com a educação em Moçambique como percentagem do PIB (6,5%) continua a ser superior à média da SADC (4,9%) e da região da ASS (4,3%).

População segundo grupos de idade, 2016

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Projeções Anuais da População Total Urbana e /Rural, 2007 - 2040



As intervenções da UNESCO tem por objectivo reforçar os sistemas de educação, fomentar a ciência para a gestão sustentável dos recursos naturais e a redução do risco de desastres e fortalecer a CTI e conhecimento como ferramentas cruciais para alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável. Para além disso, as acções da UNESCO ao nível do país estiveram focadas na promoção de uma cultura de paz, de um ambiente propício à liberdade de expressão e do desenvolvimento dos Mídias, na maximização do poder da cultura para a paz e desenvolvimento sustentável num contexto de integração regional.

As actividades foram implementadas em consonância com a Agenda da União Africana 2063 e com as seis Áreas Prioritárias da Estratégia Operacional para Prioridade África (2014-2021), tendo em conta o foco dos programas para Moçambique descritos na seguinte matriz:

1. Promover uma cultura de paz e não-violência especialmente na juventude

- 1.1. Educação para a paz, cidadania, democracia e direitos humanos é integrada aos sistemas de ensino e aprendizagem formal e não formal e reforçada a coesão social e compreensão mútua
- 1.2. Consciência da juventude aumentada na promoção do diálogo e da paz, pelos meios de comunicação sociais e redes de telefonia móvel
- 1.3. Políticas formuladas através de um processo participativo com as partes interessadas na juventude e no desporto para paz e desenvolvimento
- 1.4. História Geral da África é introduzida e ensinada do nível primário ao Universitário e conhecimento sobre África, o comércio de escravos e a escravidão e as interações culturais geradas, bem como a contribuição e conhecimento da África e sua diáspora para sociedades modernas melhoradas através de herança e criatividade contemporânea como ferramentas transformadoras para reforçar o diálogo e a paz
- 1.5. Rádios comunitárias apoiadas pela UNESCO transformadas em espaços de promoção do diálogo intercultural, intergeracional e coesão social. Consciência dos jovens africanos aumentada na promoção do diálogo e da paz, pelos meios de comunicação sociais e redes de telefonia móvel

2. Reforçar os sistemas de educação para o desenvolvimento sustentável: melhorar a equidade, a qualidade e a relevância

- 2.1. Estado-membro tem o diagnóstico do sector de educação actualizado e capacidades para desenvolver, implementar e monitorar estratégias e planos nas políticas de educação, com especial atenção aos professores em todos os níveis, incluindo ambientes de ensino e aprendizagem
- 2.2. Recrutamento, preparação e programas de desenvolvimento profissional do professor totalmente alinhados às reformas de educação e currículo
- 2.3. Capacidades nacionais reforçadas para ampliar os programas de alfabetização de qualidade inclusivos e sensíveis ao género
- 2.4. Capacidades nacionais reforçadas para desenhar e implementar políticas visando transformar TVET no sentido de apoiar as transições da juventude e construir habilidades para o trabalho e vida
- 2.5. Capacidades nacionais reforçadas para desenvolver e implementar políticas de tecnologia TIC na educação, particularmente na formação de professores e desenvolvimento profissional
- 2.6. Capacidades nacionais reforçadas para prover educação sobre saúde de qualidade, educação sexual e HIV abrangente que contribuem para estilos de vida saudáveis e da igualdade de género

3. Maximizar a CTI e conhecimento para o desenvolvimento socioeconómico sustentável

- 3.1. Capacidade das partes interessadas na concepção de políticas de CTI, implementação, monitoria e avaliação reforçada
- 3.2. Sinergia entre as instituições Universitárias, membros de pesquisa e o sector privado em questões emergentes na SE & TI facilitado e aprimorado
- 3.3. Facilitar a formação e pesquisa em ciência, engenharia e tecnologia, com ênfase sobre os potenciais nacionais emergentes do petróleo e gás, a energia e a segurança alimentar
- 3.4. Promover a equidade de género na investigação e inovação nas áreas emergentes da ciência, engenharia e tecnologia
- 3.5. Desenvolver e disseminar informação científica e técnica para resolver os grandes problemas socioeconómicos

4. Promover a ciência para a gestão sustentável dos recursos naturais e redução de risco de desastres

- 4.1. Conceito de Reserva da Biosfera da UNESCO como lugares de aprendizagem para o desenvolvimento equitativo e sustentável e para a mitigação e adaptação das mudanças climáticas promovido, usado e reforçado
- 4.2. Necessidades nacionais de conhecimento científico e desenvolvimento de capacidade em ciência do oceano, observação do oceano, mitigação de risco do oceano e gestão de dados atendidas
- 4.3. Gestão nacional de água fresca melhorada e feita de forma mais segura com especial atenção aos desafios relacionados com a água, incluindo as secas, inundações, desenho e gestão de infra-estruturas e urbanização

5. Aproveitar o poder da cultura para a paz e desenvolvimento sustentável em um contexto de integração regional

- 5.1. Estruturas e estratégias de políticas Culturais em matéria cultural desenvolvidas e/ou reforçadas para melhorar a protecção e salvaguarda do património e surgimento de um sector cultural mais dinâmico
- 5.2. Reforço, protecção e salvaguarda do património melhorado
- 5.3. O público geral, em especial jovens conscientizados dos valores do património e mobilizados para proteger e salvaguardá-lo através da educação formal, não formal e informal, os Mídias e as TICs

6. Promover um ambiente propício à liberdade de expressão e desenvolvimento dos Mídias

- 6.1. O ambiente de liberdade de expressão, liberdade de imprensa, segurança jornalística e auto-regulação reforçado, para ambas as plataformas de Mídias *online* e *offline*, através de práticas e políticas favoráveis
- 6.2. A preservação do património documental para maior acesso ao conhecimento através da Memória do Mundo



Realizações e

Progresso

Promover uma cultura de paz e não-violência especialmente na juventude

Plano de Acção Anti-Doping formulado através de um processo participativo com as partes interessadas na juventude e no desporto para paz e desenvolvimento

Sob o Fundo para Eliminação do *Doping* no Desporto gerido pela UNESCO, a primeira reunião de consulta participativa em Moçambique para a promoção de Anti-Doping - como um valor no desporto em Moçambique - foi organizada conjuntamente pelo Ministério da Juventude e Desporto, a Agência Moçambicana *Anti-doping* (AMOCAD), o Movimento Olímpico Nacional em colaboração com a Comissão Nacional para UNESCO (CNUM). O encontro reuniu 120 participantes de representantes governamentais do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e técnico profissional, Ministério da Saúde, Ministério do Interior, a Agência Mundial *Anti-Doping*, Organizações e Federações desportivas, universidades, formadores de desporto, Mídias, atletas e diferentes partes interessadas. Com o objectivo de erradicar o *doping* no desporto, a reunião destacou o impacto à saúde pública e as consequências sociais do *doping* no desporto moçambicano. Como resultado, um conjunto de recomendações foram elaboradas e um Plano de Acção (2017-2019)

elaborado como base para o estabelecimento de políticas e estratégias nacionais para avançar o *anti-doping* como um valor no desporto moçambicano.

Consciência Pública para a cultura do diálogo e da paz avançada

A UNESCO contribuiu para um debate nacional sobre a promoção da cultura da paz, organizado pela Associação de Ilhas da Paz em parceria com o Conselho das religiões em Moçambique (COREM). O debate é um evento nacional anual no âmbito das comemorações do Acordo Geral de Paz de Roma assinado em 1992. Ele serve como uma plataforma para advogar o fortalecimento e a manutenção de uma cultura de tolerância e paz no país envolvendo funcionários do governo, organizações da sociedade civil, incluindo os líderes religiosos e políticos.

Direitos de pessoas com albinismo em África avançados: uma chamada à acção

A UNESCO contribuiu para os trabalhos da reunião de alto nível organizada pelo Centro de Direitos Humanos (África do Sul), em parceria com a *Open Society Foundations* e o perito independente das Nações Unidas sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo. O encontro reuniu participantes de alto nível da Organização das Nações Unidas, a União Africana, Governo, diplomatas, sociedade civil, incluindo a academia e os líderes das organizações representativas de pessoas com albinismo. O objectivo da reunião foi consultar os participantes e colher suas opiniões sobre o projecto de Plano de Acção Regional sobre albinismo em África 2017-2021, um *"plano de 5 anos para responder à ataques e violações relacionadas contra pessoas com albinismo na África Subsariana"*. O projecto de plano de acção foi submetido à União Africana, através de sua Comissão Africana sobre direitos humanos e dos povos para revisão e aprovação.

Sumário

- Plano de Acção Anti-Doping formulado através de um processo participativo com as partes interessadas na juventude e no desporto para paz e desenvolvimento
- Consciência Pública para a cultura do diálogo e da paz avançada
- Direitos de pessoas com albinismo em África avançados: uma chamada à acção



Reforçar os sistemas de educação para o desenvolvimento sustentável: melhorar a *equidade, a qualidade e a relevância*

Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-4) e Quadro de Acção para a Educação 2030 disseminado.

Diversos fora e consultas nacionais foram organizados para promover a agenda de desenvolvimento sustentável com as partes interessadas nacionais com foco no Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS-4). As consultas foram também uma plataforma para discutir o alinhamento das políticas e estratégias de educação nacional para com o ODS-4. Estratégias foram discutidas em torno da resposta da UNESCO em sua responsabilidade global no apoio para o desenvolvimento das capacidades nacionais dos países participantes de modo a integrar os compromissos do ODS-4 em planos e políticas de educação nacional e do sector de gestão, assim como no monitoramento do progresso em direcção ao ODS-4, principalmente, através do programa CapED (*Capacity Development for Education*). Moçambique é um dos dez países piloto seleccionados pela UNESCO para beneficiar do programa CapED.

Áreas de prioridade-chave para a revisão da política de educação identificadas

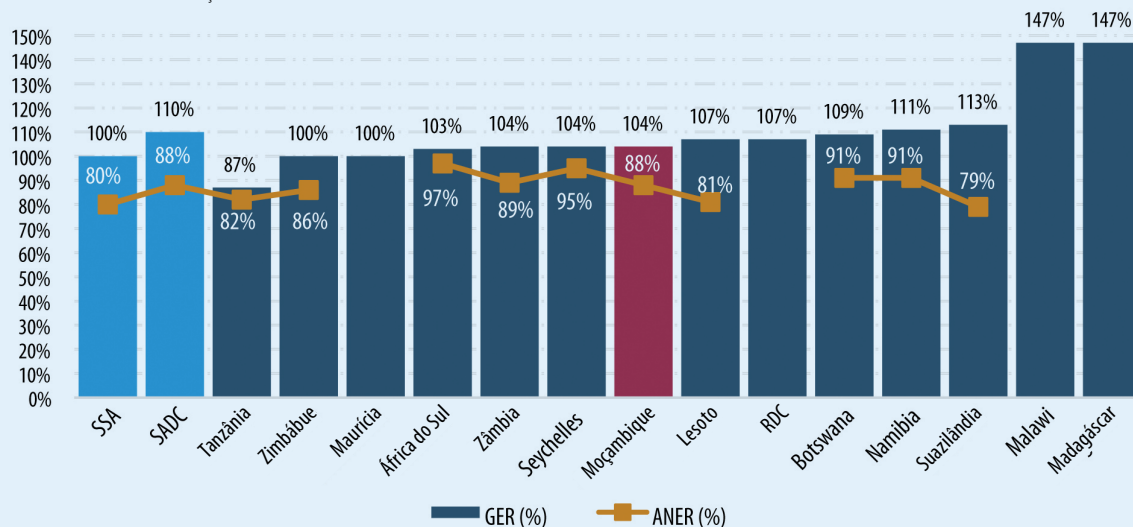
Como resultado da missão de criação da UNESCO, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e seus parceiros identificaram quatro áreas-chave prioritárias para a revisão da política de educação. Estas são: sistema de políticas e planificação abrangente, formação de professores e políticas, educação de qualidade e as TIC na educação. Uma equipe do núcleo nacional no MINEDH foi criado como um grupo de técnicos para a revisão da política de educação. Um projecto de relatório do país sobre políticas de educação foi produzido com o objectivo de prover informação sobre o estado actual do sistema educativo em Moçambique.

Sumário

- Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-4) e Quadro de Acção para a Educação 2030 disseminado.
- Áreas de prioridade-chave para a revisão da política de educação identificadas

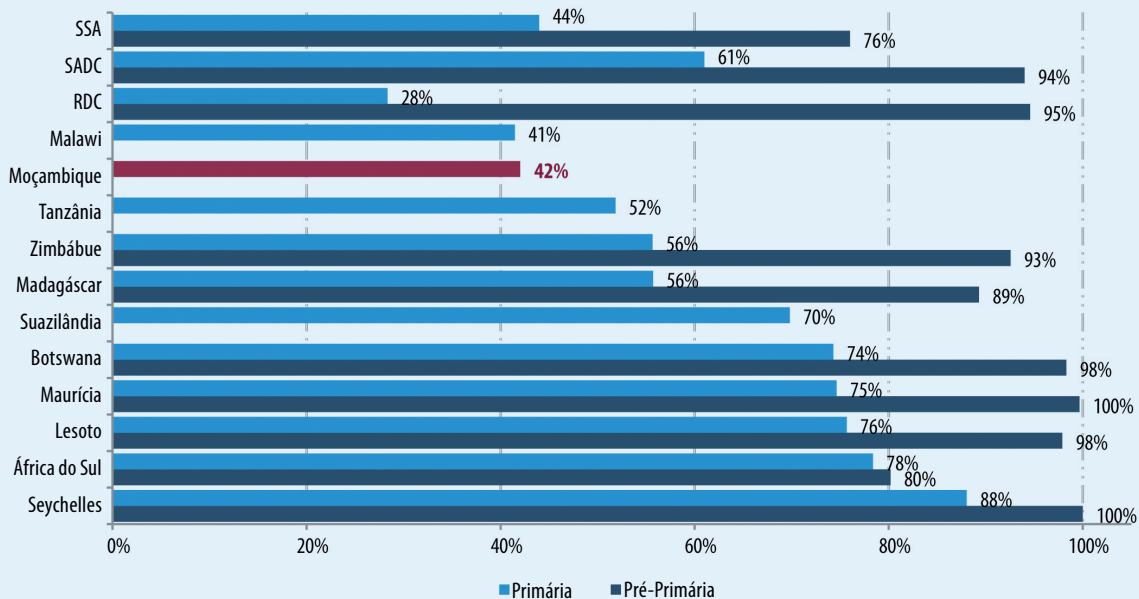
Taxa Bruta de Matricula (TBM) e Taxa Líquida de Matricula Ajustada (TLMA) na Educação primária, 2014


Fonte: Divisão Estatística das Nações Unidas



Percentagem de professores na educação pré-primária e primária

Fonte: Divisão Estatística das Nações Unidas





"Foi desenvolvido com a colaboração da UNESCO, o Plano Operacional para a estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos. Este plano operacional reconhece o papel das línguas maternas na alfabetização do indivíduo, especialmente através de línguas moçambicanas"

Dr Laurindo Nhacune (MINEDH)

Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos 2016-2019 actualizada e prioridades identificadas

A Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos 2016-2019 e seu plano operacional foi actualizada para alinhar com o calendário do Plano Estratégico de Educação revisto. Áreas de prioridade-chave foram identificadas e indicadores e metas relevantes foram revistos e actualizados. Com o apoio da UNESCO, a Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos (DINAEA) liderou a actualização da estratégia com o envolvimento das partes interessadas, incluindo os Institutos de Formação de Professores (IFPs), o Conselho Consultivo do MINEDH, ONGs e outras instituições no campo da Alfabetização e Educação de Adultos.

Plano de Acção do Movimento para a Advocacia, Sensibilização e Mobilização de Recursos para a Alfabetização desenvolvido

O plano de acção para o Movimento para a Advocacia, Sensibilização e Mobilização de recursos para a Alfabetização (MASMA) para 2016-2019, foi desenvolvido para apoiar a implementação da Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos 2016-2019. MASMA e a Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano contribuíram para o desenvolvimento do plano de acção, que se centra em três pilares: advocacia, sensibilização e mobilização de recursos.

O MASMA foi criado em 2006, apoiado pela UNESCO, com o objectivo de acelerar os progressos de alfabetização no país para a realização dos Objectivos da Declaração de Dakar, no âmbito da implementação da Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (LIFE) 2005-2015. O movimento é liderado pela primeira-dama de Moçambique e o plano de acção é traduzido em actividades nacionais e sub-nacionais.

Programa de ensino e aprendizagem para o primeiro e segundo ciclo do ensino básico para adultos desenvolvido e aprovado

O Programa de ensino e aprendizagem de adultos para o ensino primário (equivalente à 6ª classe) foi desenvolvido e aprovado. O programa abrange as matérias de Português, línguas moçambicanas, matemática, ciências naturais, ciências sociais e habilidades para a vida (artesanato).

Quadro de avaliação para Alfabetização e Educação de Adultos desenvolvido

No desenvolvimento do quadro de avaliação de Alfabetização e Educação de Adultos, um conjunto de 600 itens de avaliação foram desenvolvidos. O conjunto de itens seleccionados é usado como uma ferramenta para avaliar as competências de numeracia e literacia, assim como os resultados de aprendizagem de estudantes do 3º ano (equivalente a 3ª classe do sistema nacional de educação). Esta actividade foi implementada em parceria com o Instituto Nacional para Desenvolvimento da Educação (INDE), em colaboração com DINAEA.

Programa de aprendizagem em Família desenvolvido

Em alinhamento com o Programa de Educação da Primeira Infância, desenvolvido pelo MINEDH e com o apoio do programa CapED, um programa de aprendizagem em família foi formulado com o apoio do Instituto da UNESCO de Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL). Um currículo foi desenvolvido com base num modelo pedagógico definido para Moçambique. Este programa é parte do pacote de recursos de aprendizagem em família, centrado na família, saúde e nutrição. O mesmo, será implementado numa base piloto em distritos seleccionados. O desenvolvimento deste programa envolveu representantes da UNESCO, professores de alfabetização, IFPs e a DINAEA. Técnicos da DINAEA e UNESCO reforçaram suas capacidades na abordagem sobre género e na integração do género nos programas de alfabetização, participando de um seminário internacional sobre o desenvolvimento de um pacote de recursos de aprendizagem em família organizado pelo UIL em Hamburgo, Alemanha.

43 técnicos (17 mulheres) do MINEDH, DINAEA e IFPs desenvolveram as suas capacidades na planificação e orçamentação baseada no género

Um total de 43 técnicos de educação (dos quais 17 eram mulheres) responsáveis pela planificação, orçamentação e assuntos ligados a recursos humanos, da DINAEA, MINEDH e IFPs foram treinados na planificação e orçamentação baseada no género. Os técnicos adquiriram competências na abordagem baseada no género e na garantia da integração do

género no uso dos módulos de gestão do sector público, conhecidos como POEMA, com um foco específico sobre a educação e alfabetização de adultos.

Consciência aumentada sobre a importância da Alfabetização e Educação de Adultos através das comemorações dos 50 anos da alfabetização no mundo e 40 anos de alfabetização em Moçambique

Sob o tema "Lendo o Passado, Escrevendo o Futuro", a UNESCO, organizou em colaboração com MINEDH, uma semana de eventos para comemorar os 50 anos do dia Internacional da Alfabetização em todo o país. O Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano liderou o lançamento das comemorações através de um evento que reuniu 250 participantes, dentre os quais, autoridades do governo, parceiros internacionais, professores, alunos e líderes comunitários. O evento incluiu discussões plenárias e testemunhos de antigas alunas que partilharam o benefício derivado de sua participação bem sucedida nos programas de Alfabetização e Educação de Adultos, oferecidos pelo governo. O Dia Internacional da Alfabetização (8 de Setembro) foi comemorado em todo o país.

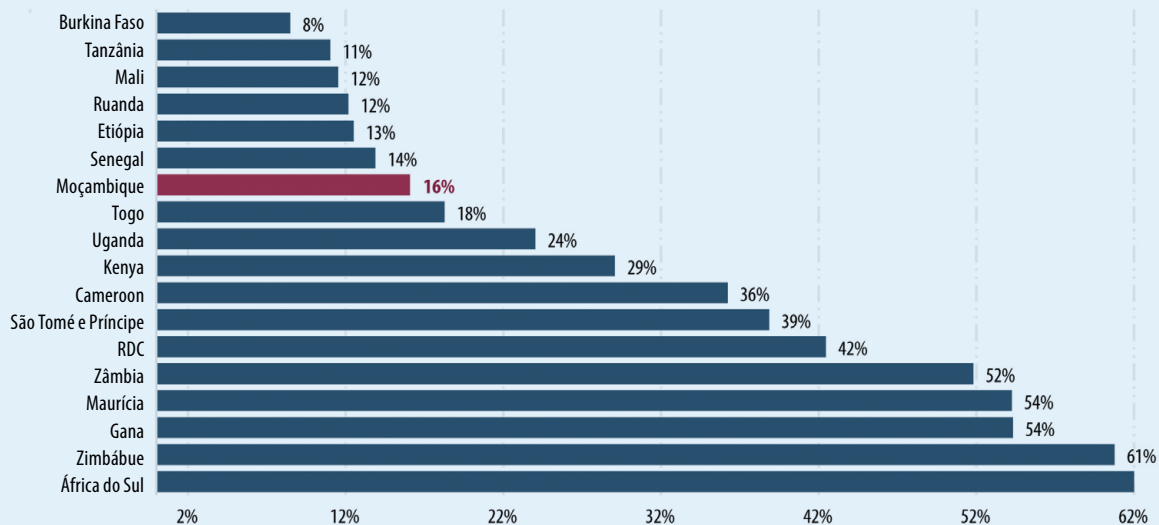
O Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano liderou as comemorações do evento "central" que teve lugar na escola primária de Maciane no distrito da Manhiça (provincia de Maputo), com a participação do Governador da provincia de Maputo, dignitários do governo de alto nível do âmbito nacional e local, professores, alunos e líderes comunitários.

Sumário

- Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos 2016-2019 actualizada e prioridades identificadas
- Plano de Acção do Movimento para a Advocacia, Sensibilização e Mobilização de Recursos para a Alfabetização desenvolvido
- Programa de Ensino e aprendizagem para o primeiro e segundo ciclo do ensino básico para adultos desenvolvido e aprovado
- Programa de aprendizagem em Família desenvolvido
- 43 técnicos (17 mulheres) do MINEDH, DINAEA e IFPs desenvolveram as suas capacidades na planificação e orçamentação baseada no género
- Quadro de avaliação para Alfabetização e Educação de Adultos desenvolvido
- Consciência aumentada sobre a importância da Alfabetização e Educação de Adultos através das comemorações dos 50 anos da alfabetização no mundo e 40 anos de alfabetização em Moçambique

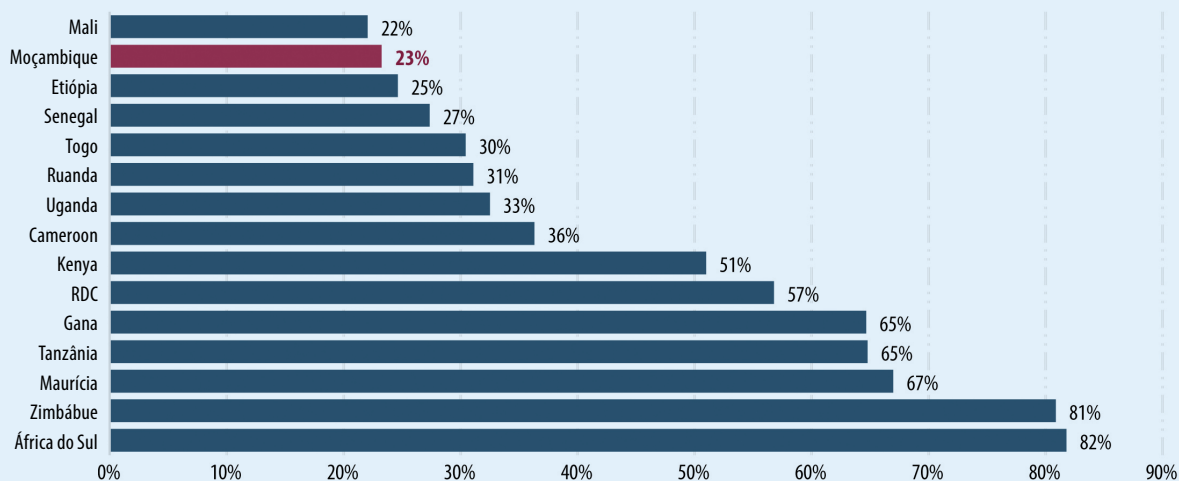
Percentagem de Adultos (25+) que atingiram pelo menos o ensino secundário básico (ISCED nível 2 à 8) 2009-2015 Total

Fonte: Divisão Estatística das Nações Unidas



Percentagem de Adultos (25+) que completaram pelo menos a educação primária (ISCED nível 1 à 8) 2009-2015 Total

Fonte: Divisão Estatística das Nações Unidas



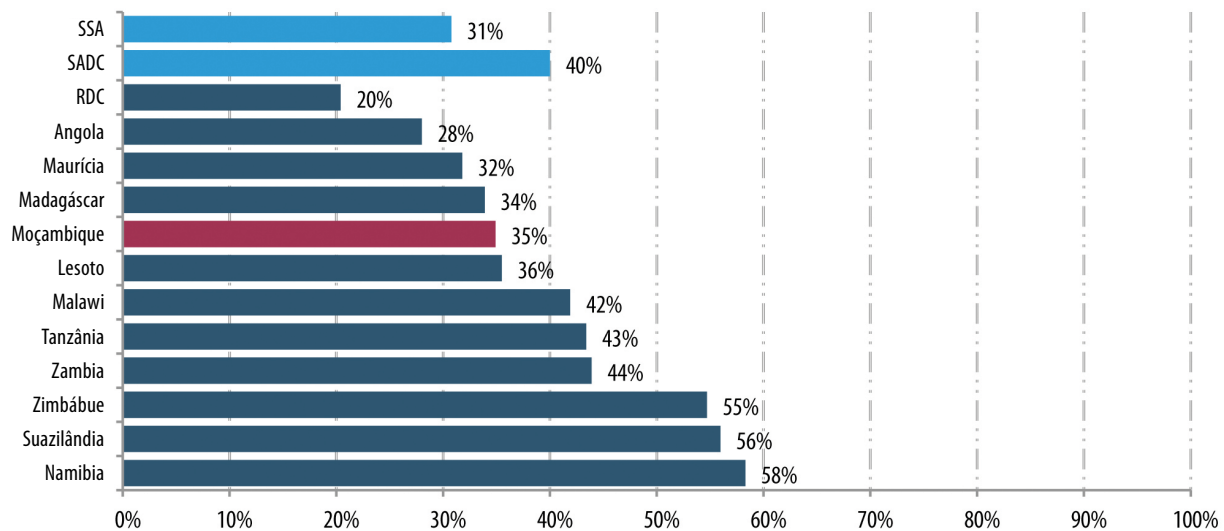


"Eu me sinto realmente feliz porque agora eu posso ler e escrever, e eu sou mesmo capaz de gerir facilmente minha própria renda e conta bancária"

Ilda Faustino (Beneficiária do fundo Malala, empoderada com habilidades de leitura, numeracia e financeiras)

Taxa de Alfabetização de Jovens e Adultos (2005-2014)

Fonte: Divisão Estatística das Nações Unidas





Direitos de meninas e jovens mães e de saúde sexual reprodutiva promovidos

Workshops foram organizados em três províncias como parte do apoio da UNESCO para o MINEDH na amplificação da Educação Sexual Compreensiva (ESC), promoção de Direitos de meninas e jovens mães e de saúde sexual reprodutiva a nível local.

O primeiro workshop foi organizado em parceria com a Associação Coalizão da Juventude Moçambicana e o MINEDH para jovens artistas que participaram do Festival Nacional da Cultura realizado na Beira (província de Sofala). O segundo, um workshop de sensibilização de três dias em ESC foi organizado na Ilha de Moçambique (província de Nampula), como parte do programa conjunto das Nações Unidas financiado pela SIDA (Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento). Este workshop reuniu lideranças comunitárias com o objectivo de reforçar o envolvimento com a comunidade. O último workshop foi organizado em Zavala (província de Inhambane) dentro do contexto do Festival de Timbila e tinha como alvo líderes comunitários, adolescentes e jovens.

A realização destes workshops foi uma oportunidade para divulgar panfletos e folhetos informativos sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) preparados pela UNESCO e a SAFAIDS (*Southern Africa HIV and AIDS Information Dissemination Service*).

Sumário

- Direitos de meninas e jovens mães e de saúde sexual reprodutiva promovidos
- 137 formadores de Institutos de Formação de Professores (IFPs) desenvolveram as suas capacidades no uso do programa de ensino de habilidades para vida
- Melhores práticas e acções comuns acordadas partilhadas para avançar em direcção a concretização das metas do compromisso ESA 2020



"Nossa parceria tem como objectivo trazer mudanças positivas nos direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. O apoio da UNESCO, permitiu instaurar a liderança comunitária em vários níveis e a necessidade de promover debates nas comunidades"

Associação Coalizão da Juventude Moçambicana

137 formadores de Institutos de Formação de Professores (IFPs) desenvolveram as suas capacidades no uso do programa de ensino de habilidades para vida

Com o objectivo de apoiar o envolvimento da Comunidade na luta contra o VIH/SIDA, a UNESCO apoiou o MINEDH na implementação de uma capacitação em " Programa de Ensino de Habilidades para a Vida" (programa de pacote básico) nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Zambézia. O treinamento foi feito através de uma variedade de abordagens de ensino e aprendizagem participativas com vista a explorar crenças, percepções e atitudes dos participantes na SSR. As capacitações foram feitas para um total de 137 professores antes de e em serviço em SSR e género, e na prevenção do VIH. Os cursos de formação visavam aumentar o conhecimento dos jovens e crianças sobre seus direitos e sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva através do acesso a ESC de alta qualidade.

Melhores práticas e acções comuns acordadas partilhadas para avançar em direcção a concretização das metas do compromisso de ESA 2020

A reunião do compromisso da África Oriental e Austral (ESA) foi organizada durante a Conferência Internacional de AIDS 2016 (Durban, África do Sul). O encontro reuniu os altos funcionários das áreas de educação, saúde, género, mulheres e jovens de 21 países. O encontro visava o lançamento do relatório de monitoria de 2015, um documento preparado para acompanhar o progresso em direcção ao cumprimento das metas do compromisso da ESA para 2015. Os participantes partilharam as melhores práticas e acordaram em acções conjuntas para avançar o cumprimento das metas do compromisso ESA 2020. A reunião também foi uma oportunidade para advogar e divulgar mensagens-chave direccionadas à decisores políticos, sociedade civil e as comunidades locais.

Maximizar a CTI e conhecimento para o desenvolvimento socioeconómico sustentável

Recomendações sobre currículos de ciência e engenharia sensíveis às aspirações de desenvolvimento nacional formuladas

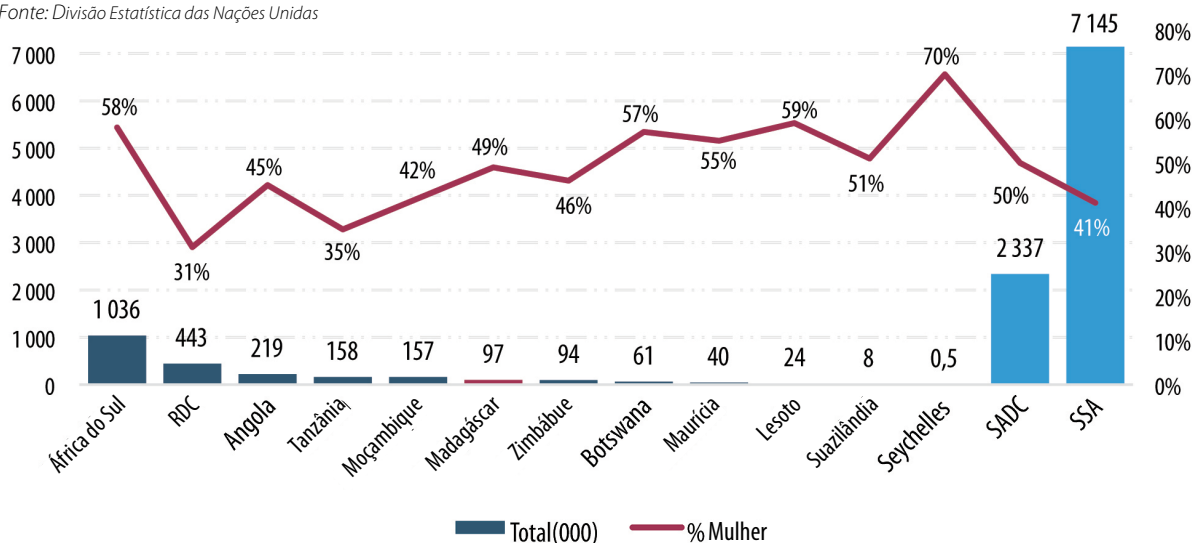
A UNESCO, prestou apoio ao Governo de Moçambique através do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional em: (i) revisão da política e plano de acção em CTI; (ii) reforço da capacidade humana e institucional e promoção do desenvolvimento curricular em ciência focado em áreas emergentes (petróleo, gás, agricultura) e em engenharia. Esta intervenção foi levada a cabo no âmbito da iniciativa da UNESCO, denominada "Capacitação em sistemas de políticas e estratégias de governação em CTI para responder às

necessidades emergentes em Moçambique".

Seguindo as recomendações feitas durante uma consulta nacional sobre a análise de lacunas em CTI conduzido usando o GO-SPIN (instrumentos do Observatório Global de ciência, tecnologia e inovação), um seminário foi organizado para analisar e promover o desenvolvimento curricular em ciência focado em áreas emergentes (petróleo, gás, agricultura) e em engenharia. Os participantes identificaram lacunas, oportunidades, desafios no desenvolvimento curricular e formularam recomendações para reforçar as capacidades institucionais e humanas necessárias nas áreas emergentes da economia moçambicana.

Total dos estudantes matriculados na educação terciária e % de mulheres com ano escolar terminado em 2014

Fonte: Divisão Estatística das Nações Unidas



Promover a ciência para a gestão sustentável dos recursos naturais e redução de risco de desastres

Conceito de Reserva da Biosfera da UNESCO como lugares de aprendizagem para o desenvolvimento equitativo e sustentável e para a mitigação e adaptação das alterações climáticas promovido, usado e reforçado

Após o primeiro Workshop Internacional de Moçambique do programa O Homem e a Biosfera (MAB) que teve lugar em 2015, um relatório técnico foi finalizado e divulgado aos participantes e partes interessadas. O relatório representa o alicerce para a implementação do programa MAB, em Moçambique. É usado para promover ainda mais a utilização do conceito de Reserva da Biosfera como locais de aprendizagem para o desenvolvimento equitativo e sustentável e para mitigação e adaptação de mudanças climáticas. Serve também como uma referência na mobilização de parceiros nacionais para o fortalecimento do programa MAB, em Moçambique, com especial referência para o estabelecimento do Comité Nacional do MAB e o processo de nomeação da reserva da biosfera.

Comité Nacional do MAB estabelecido e operacionalizado

O Comité Nacional do MAB foi formalmente estabelecido e realizou sua primeira reunião com o apoio técnico e orientação da UNESCO. Este primeiro encontro foi uma ocasião para estabelecer os critérios de adesão de membros

e o gabinete. Para além disso, com base nas recomendações feitas durante o Workshop Internacional de Moçambique sobre o programa MAB, o Comité autorizou o processo de nomeação do Parque Nacional das Quirimbas, para ser designado como a primeira reserva da biosfera em Moçambique.

Processo de nomeação das Quirimbas como primeira reserva da biosfera em Moçambique lançado

Foi lançado o processo de nomeação das Quirimbas como a primeira reserva da biosfera em Moçambique. Uma missão escopo teve lugar em Julho e foi seguida por uma consulta aberta das partes interessadas em Agosto. Um grupo de trabalho com representantes dos vários actores a trabalhar com o parque nacional foi criado em Pemba (Cabo Delgado) sob a liderança do administrador do Parque Nacional. O grupo de trabalho irá completar o dossiê da nomeação em nome do governo e do Comité MAB.

O processo de conclusão continuará ao longo de 2017, com o objectivo de apresentar a candidatura até o dia 30 de Setembro, o prazo estabelecido pelo programa MAB para nomeação. UNESCO irá fornecer apoio técnico e financeiro ao processo em parceria com a AFD (*Agence Française de Développement*) e FFEM (*Fonds Français pour L'Environnement Mondial*).

Consciência aumentada sobre a gestão sustentável do oceano - canal de Moçambique

Pelo segundo ano, a UNESCO esteve envolvida e contribuiu para os debates públicos e científicos sobre o mar e o oceano dentro da iniciativa do “*Mar Nosso*” lançado em 2014 pela Embaixada da França em colaboração com instituições governamentais e académicas de Moçambique. O tema da terceira edição foi *Mar Nosso III «O mar, amanhã»*. Mais especificamente, sob a sessão “Como conseguimos juntos construir um futuro sustentável?”, A UNESCO partilhou o trabalho realizado no canal de Moçambique na área de dados do oceano e de capacitação incluindo um destaque sobre a Segunda Expedição Internacional do Oceano Índico (IIOE-2).

Sumário

- Conceito de reserva da Biosfera da UNESCO como lugares de aprendizagem para o desenvolvimento equitativo e sustentável e para a mitigação e adaptação das alterações climáticas promovido, usado e reforçado
- Comité Nacional do MAB estabelecido e operacionalizado
- Processo de nomeação das Quirimbas como primeira reserva da biosfera em Moçambique lançado
- Consciência aumentada sobre a gestão sustentável do oceano - canal de Moçambique
- Capacidades nacionais na compreensão de desastre e risco de tsunami desenvolvidas e reforçadas

Capacidades nacionais na compreensão de desastre e risco de tsunami desenvolvidas e reforçadas

Uma formação de Pre-IOWave16 sobre a conscientização, preparação e procedimentos operacionais padrão (POP) de Tsunami para alerta e resposta de emergência de Tsunami em Moçambique foi organizada pela UNESCO com o apoio do Indian Ocean Tsunami Information Centre (IOTIC) da UNESCO/IOC do escritório da UNESCO em Jacarta. O treinamento foi totalmente financiado pelos *funds-in-trust* da Malásia através de um projecto: “Promoção do preparo, resposta e mitigação do Tsunami nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países em desenvolvimento do Oceano Índico”.

O objectivo deste projecto é o de fortalecer as capacidades dos Estados-membros do Oceano Índico na preparação e resposta ao tsunami para o aviso prévio a fim de apoiar a implementação completa ponta-a-ponta do alerta de tsunami no Oceano Índico, de modo à salvaguardar vidas de futuros desastres.

O treinamento reforçou as capacidades dos participantes no exercício IOWave16, através do fortalecimento da compreensão da redução do risco de tsunami no país. O workshop também focou em compreender o perigo e risco de tsunami, assim como POP para alerta e resposta de emergência à tsunami nos níveis nacional e comunitário. Cerca de 30 participantes participaram do treinamento, principalmente, do Centro Nacional de Aviso de Tsunami, Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, escritório de gestão de calamidades de zonas costeiras propensas ao tsunami, assim como representantes da primeira resposta para situações de emergência de tsunami em Moçambique.

Meio ambiente

Fonte: Divisão Estatística das Nações Unidas

Espécies ameaçadas	2015	268
Área florestal (% da área terrestre)	2013	48.8
Proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas (%)	2014	10.9
População usando fontes melhoradas de água potável (%)	2015	80.6/37.0
População, utilizando instalações de saneamento melhorado (%)	2015	42.4/10.1
Áreas Marinhas e terrestres protegidas (% da Área Total)	2014	10.9
Produção de energia primaria (Pentajoules)	2013	734
Fornecimento de energia per capita (Gigajoules)	2013	18.0



*"Jazz reúne a sociedade e torna-se
numa ferramenta e num veículo
para criar a estrutura social e para
reforçar o valor da educação"*

Moreira Chonguissa (More Jazz)

*"Em Moçambique temos uma grande
mistura de ingredientes culturais,
contudo, com a UNESCO temos um
efeito multiplicador: Juntos criamos
a consciência cultural e a marca da
imagem de Moçambique"*

Moreira Chonguissa (More Jazz)



Aproveitar o poder da cultura para a paz e desenvolvimento sustentável em um contexto de integração regional

Realizações em "Fortalecimento das capacidades nacionais para salvaguarda eficaz do património cultural imaterial, em determinados países PALOP" avaliadas

A UNESCO e o Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR) organizaram com o apoio técnico do Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC) o workshop final do projecto regional "fortalecimento das capacidades dos Países de Língua Oficial Portuguesa em África para a implementação da Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial". Este workshop final avaliou as realizações do projecto e as capacidades e sistemas necessários para salvaguardar o património vivo nos PALOP. Os participantes vieram de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Cinco facilitadores regionais foram treinados no decorrer do projecto, a equipe do projecto da UNESCO atendeu e seis comunidades participaram no desenvolvimento e pilotagem de uma abordagem de inventário baseada na Comunidade. Mais de 65 elementos foram registrados no inventário. Incluiu também formação sobre a preparação de pedidos de assistência internacional e nomeações para as listas da Convenção de 2003 com o objectivo de equipar os participantes com habilidades necessárias para sustentar as realizações do projecto.

O projecto organizou 13 workshops e treinamentos para mais de 170 funcionários do governo, membros da Comunidade e outros stakeholders envolvidos na implementação da Convenção de 2003 para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Cabo Verde e Guiné-Bissau ratificaram a Convenção durante a implementação do projecto e todos os países reforçaram seus mecanismos institucionais para a salvaguarda do património cultural. Este projecto regional foi financiado pelo Governo da Noruega e foi implementado de Janeiro de 2012 à Maio de 2016.

Advocacia sobre a Diversidade Cultural promovida através do Dia Internacional do Jazz

Por iniciativa do escritório da UNESCO em Maputo, Moçambique celebrou pelo segundo ano consecutivo o Dia internacional do Jazz em Maputo. A celebração foi liderada pelo conhecido saxofonista Moreira Chonguiça trabalhando com a BIG BAND MOREJAZZ, como o núcleo e sob a patronagem da UNESCO. Um concerto gratuito foi organizado no Jardim dos Professores para permitir que as famílias participassem e comemorassem. O Ministro da cultura e Turismo abriu oficialmente o evento que contou com a presença do Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, o

Presidente da Comissão Nacional para UNESCO, assim como outros altos dignitários nacionais e políticos. O Representante da UNESCO felicitou a série de MoreJazz, o organizador e os patrocinadores e elogiou Moreira Chonguiça que "investiu nos jovens e nas suas capacidades para inovar e ir para além de todas as diferenças sociais e culturais para trazer a mensagem de paz e coesão social".

Um Debate televisivo com o representante da UNESCO e Moreira Chonguiça na TVM (Televisão de Moçambique) precedeu o evento, assim como, transmitidos anúncios na rádio e entrevistas de artistas.

Actividades de sensibilização sobre as Convenções da UNESCO em Expressões Culturais organizadas

Em colaboração com a Comissão Nacional de Moçambique para a UNESCO, a UNESCO organizou uma actividade no centro de Timbila (distrito de Zavala) de capacitação. Ele visava divulgar a Convenção de 2003 para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial e a Convenção de 2005 sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. A iniciativa tinha como alvo jovens empregados em indústrias criativas e culturais.

Formulação do Plano de Gestão e Conservação para a Ilha de Moçambique iniciado por meio da aplicação das Recomendações Sobre a Paisagem Histórica e Urbana (HUL)

Um seminário de consulta nacional às comunidades

para a conservação da Ilha de Moçambique (património e cidade) foi organizado na Ilha pelo Ministério da Cultura e Turismo e pelo Governo da província de Nampula em conjunto com o apoio técnico e financeiro da UNESCO-PNUD e a participação do UN Habitat. Este seminário visava contribuir para a elaboração do Plano de Gestão e Conservação revisto no âmbito das recomendações da UNESCO HUL. Como resultado, foi produzido um roteiro para a conclusão e validação do Plano de Gestão e Conservação revisto para a Ilha de Moçambique. Para além disso, formularam-se elementos do novo plano de gestão, através de discussões participativas com a Comunidade.

Terceira Reunião Regional da UNESCO sobre o Património Cultural Subaquático para África realizada

A terceira reunião Regional da UNESCO sobre Património Cultural subaquático para África foi organizada em Maputo (Dezembro de 2016) para revisão e acompanhamento dos progressos realizados desde a primeira e a segunda reunião de modo a mobilizar os Estados africanos para levar a cabo os procedimentos necessários para a ratificação da Convenção de 2001 e apoiar no desenvolvimento de actividades de pesquisa e protecção do património cultural subaquático. Representantes de alto nível de Angola, Quênia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, África do Sul, Sudão, a República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe participaram da reunião.

O encontro Regional formulou um Plano de Acção e manditou o Bureau do Comité Director Africano sobre património cultural subaquático para:



- a. Distribuir o plano de acção aprovado para todas as delegações permanentes dos países africanos à UNESCO;
- b. Empreender uma acção de advocacia activa para com os secretariados das comunidades económicas regionais africanas e a União Africana, de modo a incentivar um maior engajamento político para a protecção do património cultural subaquático e perante à Convenção de 2001.

O encontro Regional foi precedido por um workshop com as comunidades nacionais da Ilha de Moçambique sobre a salvaguarda do Património Cultural subaquático da ilha.

Sumário

- Realizações em "Fortalecimento das capacidades nacionais para salvaguarda eficaz do património cultural imaterial, em determinados países PALOP" avaliadas
- Advocacia sobre a Diversidade Cultural promovida através do Dia Internacional de Jazz
- Actividades de sensibilização sobre as convenções da UNESCO em expressões culturais organizadas
- Formulação do Plano de Gestão e Conservação para a Ilha de Moçambique iniciado por meio da aplicação das Recomendações Sobre a Paisagem Histórica e Urbana (HUL)
- Terceira Reunião Regional da UNESCO sobre Património Cultural Subaquático para África realizada

Em parceria com o governo, outros parceiros nacionais e internacionais, UNESCO prosseguirá e expandirá iniciativas estratégicas empreendidas nos últimos anos nas áreas de actuação da organização para criar e reforçar as políticas, sistemas, os programas e as capacidades necessárias para atingir os objectivos identificados no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Estas intervenções dos programas irão apoiar os esforços nacionais para tradução e alinhamento da Agenda 2030 para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos planos de desenvolvimento nacional. As intervenções da UNESCO serão ancoradas aos objectivos e resultados esperados da Estratégia Operacional para Prioridade África (2014-2021)" e alinhadas à Agenda da União Africana 2063 para garantir que elas sejam desenvolvidas para as pessoas, o planeta e a prosperidade e que fortaleçam a paz em uma liberdade mais ampla.

Para este fim, será necessário que a UNESCO mobilize a ampla gama de parceiros para garantir que o suporte normativo e em políticas relevantes seja provido de modo a garantir o desenvolvimento de capacidades e para advogar e monitorar as tendências em suas áreas de programas. Isso inclui a advocacia para a ratificação e a implementação efectiva de um número de convenções internacionais das quais a UNESCO detém responsabilidade específica.

A conclusão da revisão da política da educação iniciada em 2016 permanece um desafio crítico. A mobilização da competência nacional continua a ser um factor chave de sucesso para permitir a plena participação ao mesmo tempo que se assegura a apropriação do processo e das recomendações da revisão da política conduzida com o apoio de consultores internacionais de alto nível. Estas intervenções reforçarão a reforma do Sistema Nacional de Educação, lançada pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

No mesmo contexto, através do programa CapED, o Instituto da UNESCO para a Estatística (UIS) irá apoiar o país na concepção, implementação e monitoramento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento de Estatísticas de Educação (NSDES) que responde a agenda para sistemas estatísticos nacionais que produzam informações relevantes e de qualidade para o monitoramento das políticas nacionais em alvos dos ODS. Para isso, deve-se melhorar as capacidades nacionais para documentar dados nacionais e transfronteiriços mais credíveis e atempadamente de modo a informar políticas baseadas em evidências. Afastando-se de abordagens convencionais de treinamento, uma abordagem "Aprendendo a fazer" é proposta, que irá incorporar as actividades de formação no processo de diagnóstico de dados nacionais.

O desafio continua a ser na criação da plataforma de dados de educação nacional, uma equipe técnica nacional (ETN) e um comité directivo necessários para apoiar esta iniciativa fundamental. A ETN irá executar tarefas relacionadas à identificação de necessidades, através da análise das necessidades de dados e a identificação de fontes de dados necessários para monitorar metas globais, regionais e nacionais de capacitação. O comité irá tomar decisões chave para liderar e monitorar a implementação bem-sucedida de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento de Estatísticas de Educação (ENDEE) para Moçambique, a ser desenvolvido pela ETN.

Na área do VIH/SIDA, a consolidação dos resultados alcançados requer a participação activa de alto nível e a advocacia de todos os ministérios em causa ou seja, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, o Ministério da saúde, o Ministério da Juventude e Desporto especialmente no apoio e advocacia do compromisso Ministerial sobre Educação Sexual Compreensiva da África Austral e Oriental (*ESA commitment*).

A intensificação e a integração da Estratégia Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos revista nos planos provinciais e distritais exigem mais esforços para

mobilizar e construir capacidades a nível local. Assim, é necessário o reforço da capacidade institucional e organizacional do DINAEA de modo a ampliar programas eficazes de alfabetização nacional. Um foco será na necessidade de garantir uma abordagem integrada para avaliar e enfrentar os desafios da qualidade do programa especialmente nas desistências dos alunos de alfabetização dos programas, principalmente nas mulheres nas zonas rurais, e a fraca monitoria e avaliação dos programas de AEA nos níveis provincial e distrital.

A UNESCO vai expandir as suas intervenções para atender ameaças críticas à biodiversidade, de modo a melhorar a resposta aos desastres naturais e melhorar a gestão do oceano e zonas costeiras. O principal continua a ser a conclusão e o envio do arquivo de nomeação nacional das Quirimbas como a primeira reserva da Biosfera de Moçambique. Essa conquista, representará a demonstração da plena adesão de Moçambique ao programa MAB e a inserção de seus valiosos sítios naturais protegidos na rede mundial de reservas da biosfera e da temática Regional AfriMAB. As actividades em Ciências do mar, especialmente nos dados do oceano, continuarão a incluir o envolvimento de especialistas marinhos nacionais em cruzeiros planejados dentro do contexto da Segunda Expedição Internacional do Oceano Índico (IIOE-2).

Na área da cultura e desenvolvimento, o sector ainda requer instrumentos técnicos de perícia, jurídica e política para assegurar sua integração adequada e reconhecida em programas de desenvolvimento nacional e a participação dos cidadãos na promoção das actividades de expressões culturais e a salvaguarda do património cultural. A consolidação dos resultados atingidos durante o biénio continua a ser imperativa. Esta consolidação, está relacionada com a dinâmica adquirida na mobilização de apoio nacional para a ratificação da Convenção sobre a protecção do Património Cultural subaquático de 2001. Para além disso, na perspectiva das comemorações dos 200 anos da Ilha de Moçambique (Património Mundial) como cidade, a UNESCO vai mobilizar parceiros e recursos para apoiar o governo na formulação do novo Plano de Gestão de Conservação, aplicando as Recomendações

da UNESCO sobre a paisagem Histórica e Urbana (HUL). A abordagem HUL provou ser de extrema importância na Ilha de Moçambique como um quadro de gestão. Seu uso não só vai alargar o conceito de conservação do património, incluindo vários aspectos de conservação em um quadro integrado, mas também facilitará, através de sua abordagem de seis etapas, uma avaliação mais profunda das diferentes necessidades em relação a conservação, gestão e desenvolvimento socioeconómico da Ilha de Moçambique como um património e cidade.

O desenvolvimento de meios de comunicação social em Moçambique, constitui também um desafio e tem experimentado nos últimos anos um crescimento significativo, com uma mistura de Estado, sector público, privado e da comunidade dos Mídias. É necessário atender o surgimento de novas Mídias sociais ainda não regulamentadas e a fragilidade económica do sector como um todo, em especial o subsector de radiodifusão comunitárias. As necessidades deste último, servem como viabilizadores do livre fluxo de informações para o desenvolvimento a nível comunitário. O fortalecimento das capacidades das instituições e profissionais de Mídias e a segurança dos jornalistas foram identificadas como necessárias para a promoção de um ambiente propício à liberdade de expressão e desenvolvimento das Mídias. Uma das principais preocupações está relacionada com a violência crescente do país contra jornalistas. Tal violência não deve ser permitida de modo que não silencie a liberdade de expressão. A UNESCO perseguirá com instituições nacionais relevantes a meta do Plano de Acção abrangente das Nações Unidas sobre segurança de jornalistas e a questão da impunidade que é liderada pela UNESCO – para travar um flagelo que mata e silencia muitos mais através do medo, e emendar esses crimes.

Por fim, a era digital revolucionou a liberdade de expressão, que é um direito humano fundamental bem subjacente à todas as outras liberdades e que é fundamental para sociedades abertas, o estado de direito e a governação democrática. É também um ingrediente-chave para o desenvolvimento, a inovação e a criatividade. Requerendo uma Internet livre, aberta e acessível.

■ Direcção

Djaffar Moussa-Elkadhum
Representante para Moçambique
Carla Macumbe
Secretária para o Representante
Marta villa Monge
UNV comunicação e visibilidade
Arianna Iok I U
Coordenação UN, Monitoria e Relatórios de
Programas (Desde Setembro 2017)

■ Administração e Operações

Dílcia Martinez
Oficial de Administração
e finanças
Josina Davane
Assistente Administrativo
Jonas Marrulele
Assistente Administrativo
Dercio Tembe
Assistente IT
(Equipe partilhada da ONU)
Simião Tai Catine
Motorista
Francesco Santaca
Rececionista- Registro
Dias Velema
Motorista

■ Equipe de Programas

Marcos Cherinda
Oficial Nacional de Programas – Educação
Ofélia da Silva
Oficial Nacional de Programas – Cultura
Angelina Tivane
Oficial Nacional de Projecto – VIH/SIDA
Dulce Mungoi
Oficial Nacional de Programas para
Alfabetização e Educação de Adultos
Sergio Rejado Albaina
Oficial de Programas Assistente para
ciências ambientais e mudanças climáticas
Luísa De Simone
UNDESA Fellow Oficial de Programas
Assistente – TVET (Desde Janeiro 2017)
Linnet Mutungura
Oficial Nacional de Projecto Associada –
TIC na Educação (Desde Abril 2017)
Saide Dade
Consultor Nacional em Estatísticas
na Educação – ODS4 (Agosto de 2017)
Angelina dos Santos
Assistente de Programas
Edna Sengulane
Assistente de Programas





Acrónimos

AEA	Alfabetização e Educação de Adultos	MCTESTP	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação	MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
ARPAC	Instituto para pesquisa Sociocultural	MICS	Multiple Indicator Cluster Surveys (Inquérito Conjunto de Indicadores Múltiplos)
ASDI	Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
ASS	África Subsaariana	MISAU	Ministério da Saúde
CapED	<i>Capacity development for Education</i> (Desenvolvimento de Capacidade para Educação)	MJD	Ministério da Juventude e Desporto
CNUM	Comissão Nacional de Moçambique para a UNESCO	MOU	<i>Memorandum of understanding</i> (Memorandum de Entendimento)
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação	NSDES	<i>National Strategy for the Development of Education Statistics</i>
DINAEA	Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos	NTT	National Technical Team (Equipe Técnica Nacional)
DIPE	Direcção de Programas Especiais	ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
DNFP	Direcção Nacional de Formação de Professores	ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
DQAF	<i>Quality Data Assessment Framework</i> (Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados)	OIT	Organização Internacional do Trabalho
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável	ONP	Organização Nacional de professores
EPT	Educação para Todos	PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
ESA	África Oriental e Austral	PIB	Produto Interno Bruto
ESC	Educação Sexual Compreensiva	POP	Procedimentos Operacionais Padrão
ETN	Equipe técnica nacional	PQG	Programa Quinquenal do Governo
GACIM	Gabinete para Conservação da Ilha de Moçambique	RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
GO-SPIN	<i>Global Observatory of Science, Technology and Innovation Policy Instruments</i> (Observatório Global sobre Políticas de TIC e Instrumentos de Política)	RMG	Relatório de Monitoria Global
IADT	Institute of Arts Design and Technology	SADC	<i>Southern African Development Community</i> (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
ICEIDA	<i>Icelandic International Development Agency</i>	SAFAIDS	<i>Southern Africa HIV and AIDS Information Dissemination Service</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	SPIN	Science Policy Information Network (Rede de Informação de Políticas de Ciência)
IDS	Inquérito demográfico e de Saúde	SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
IFEAs	Instituto de Formação de Educadores de Adultos	TBA	Taxa Bruta de Admissão
IFPs	Institutos de Formação de Professores	TBM	Taxa Bruta de Matrícula
IIA	Instituto para Pesquisa de Água	TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
IICBA	<i>International Institute for Capacity Building in Africa</i>	TMB	Taxa de Matrícula Bruta
IIOE-2	<i>Second International Indian Ocean Expedition</i> (Segunda Expedição Internacional do Oceano Índico)	TVET	Ensino e Educação Técnico Profissional
IIEPE	International Institute for Education Planning (Instituto Internacional para Planificação da Educação)	UBRAF	Unified Budget Results Accountability Framework
ILD	International Literacy Day (Dia Internacional da Alfabetização)	UEM	Universidade Eduardo Mondlane
INDE	Instituto Nacional para Desenvolvimento da Educação	UIL	UNESCO Institute for Life Long Learning (Instituto da UNESCO de Aprendizagem ao Longo da vida)
INE	Instituto Nacional de Estatísticas	UNDAF	United Nations Development Assistance Framework (Quadro das Nações Unidas de Assistência para o Desenvolvimento)
IOF	Inquérito do orçamento familiar	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IPG	Índice de Paridade de Género	UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
LIFE	Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança
MAB	<i>Man and Biosphere Programme</i> (Programa do Homem e a Biosfera)	VIH/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida



Todas as fotos: © UNESCO / Moussa-Elkadhum
Excepto páginas: 8,14,16,24,30 © UNESCO Maputo
Design: Daniela Cristofori

FU/2017/PI/H/2



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Maputo Office
Representação em
Moçambique

“*Construindo paz na mente
de homens e mulheres*”

unesco.org

Rua da Frente de Libertação de Moçambique No. 240. Maputo, Mozambique. Tel: +258 (21) 481 700